Platão

A República

## LIVRO I

SÓCRATES — Fui ontem ao Pireu com Glauco, filho de Aríston, para orar à deusa, e também para me certificar de como seria a festividade, que eles promoviam pela primeira vez. A procissão dos atenienses foi bastante agradável, embora não me parecesse superior à realizada pelos trácios. Após termos orado e admirado a cerimônia, estávamos regressando à cidade quando, no caminho, fomos vistos a distância por Polemarco, filho de Céfalo. Ele mandou seu jovem escravo correr até nós, para nos pedir que o esperássemos. O servo puxou-me pela capa, por trás, dizendo:

— Polemarco pede que o esperem.

Virei-me e indaguei onde seu amo se encontrava.

- Está vindo atrás de mim respondeu o jovem. Esperem-no.
  - Evidente que o esperaremos declarou Glauco.

Polemarco chegou poucos minutos depois, juntamente com Adimanto, irmão de Glauco, com Nicerato, filho de Nícias, e com outros que regressavam da procissao.

Polemarco — Sócrates, parece-me que estás indo embora para a cidade.

Sócrates — Tua suposição está correta.

Polemarco — Estás vendo quantos somos?

Sócrates — Sim, estou vendo.

Polemarco — Então, se não fordes mais fortes que nós, tereis de permanecer aqui.

Sócrates — Existe a possibilidade de convencer-vos a per- mitir que partamos?

Polemarco — Será que conseguireis convencer-nos, se não quisermos ouvir?

Glauco — De forma alguma.

Polemarco — Saibais então que não vos ouviremos.

Nesse momento Adimanto perguntou:

— Desconheceis que esta noite haverá uma corrida com archotes, a cavalo, em honra da deusa?

Sócrates — A cavalo?! Significa que os contendores passam os archotes uns aos outros enquanto correm com seus cavalos? Polemarco — Sim. E haverá também uma festividade no- turna digna de ser vista. Iremos assistir a essa festa depois de havermos jantado. Muitos jovens estarão lá, e poderemos con- versar com eles. Ficai para irdes conosco.

Glauco — Não há dúvidas de que teremos de ficar.

Sócrates — Se julgas assim, é o que faremos.

Dirigimo-nos à casa de Polemarco, onde encontramos seus irmãos Lísias e Eutidemo, e também Trasímaco de Calcedônia, Carmantides de Penéia e Clitofonte, filho de Aristónimo. Havia também o pai de Polemarco, Céfalo. E este se me afigurou bastante idoso, pois não me encontrava com ele havia bastante tempo. Estava acomodado numa cadeira com almofadas e envergava uma coroa na cabeça, pois tinha oferecido um sacrifício no pátio da moradia. Nos sentamos todos em cadeiras junto dele.

Céfalo — Tu vens raramente ao Pireu, Sócrates, para nos visitar. Devias vir mais vezes. Se eu fosse suficientemente forte para caminhar até a cidade, não precisarias vir aqui: nós nos dirigiríamos à tua casa. No entanto, és tu que tens a obrigação de vir cá mais amiúde. Pois, para mim, cada vez mais os prazeres do corpo cedem lugar ao desejo e ao deleite da conversação. Dá, então, a estes jovens o proveito da tua companhia e vem mais vezes a esta casa de teus muito íntimos amigos. Sócrates — Em verdade, Céfalo, eu aprecio

conversar com os velhos. Penso que devemos aprender com eles, pois são pes- soas que nos antecederam num caminho que também iremos trilhar, para assim conhecermos como é: áspero e árduo ou tran- quilo e cômodo. Com certeza, ser-me-ia agradável conhecer tua opinião, porquanto já alcançaste a fase da existência que poetas denominam "o limiar da velhice". Como julgas este momento da tua vida?

Céfalo — Agrada-me, Sócrates, expressar meu pensamen- to. Cultivo o hábito de encontrar-me com pessoas da mesma idade. Muitos de nós lamentam-se, recordam os prazeres da juventude e, ao lembrar do amor, da bebida, da boa comida e de outros prazeres, atormentam-se como pessoas privadas de bens notáveis, que em outra época viviam bem e que, agora, nem ao menos vivem. Vários manifestam pesar pelas ofensas oriundas dos parentes e imputam à velhice a causa de tantos sofrimentos. Contudo, em meu modo de ver, Sócrates, eles se enganam a respeito da verdadeira causa de suas misérias, pois, se ela fosse realmente a velhice, também eu sentiria o mesmo desconforto, assim como todos aqueles que chegaram a esta fase da vida. Mas a verdade é que tenho encontrado velhos

que se expressam de maneira muito diferente. Certa vez, indagaram ao poeta Sófocles, em minha presença:

— Qual é tua opinião a respeito do amor, Sófocles? Ainda te julgas capaz de amar?

E ele respondeu:

— Falemos baixo! Libertei-me do amor com o prazer de quem se liberta de um senhor colérico e truculento. Naquela época dei-lhe razão, e dou-lhe ainda hoje. Porque é bem verdade que a velhice nos proporciona repouso, livrando-nos de todas as paixões. Quando os desejos diminuem, a asserção de Sófocles revela toda a sua justeza. E como se nos libertássemos de inúmeros e enfurecidos senhores. No que diz respeito aos desgostos, aos aborrecimentos domésticos, estes têm apenas uma causa, Sócrates, que não é a velhice, mas o caráter dos homens. Se eles tiverem bom caráter e espírito equilibrado, a velhice não lhes será um fardo insuportável. Para os que não são assim, tanto a velhice quanto a juventude lhes serão desgostosas.

E eu, encantado com as suas palavras e desejoso de continuar a ouvi-lo, provoquei-o e disse-lhe:

— Eu creio, Céfalo, não serem muitos os que apóiam tuas idéias, porque julgam não ser teu caráter, porém a tua riqueza que te ajuda a tolerar bem a velhice. Com efeito, o dinheiro traz muitas compensações.

Céfalo — É verdade que não me apóiam. E têm certa razão, apesar de não ser tanta quanto crêem. Existe muito de verdadeiro na resposta de Temfstocles ao indivíduo de Serifo que o insultou dizendo-lhe que era famoso por causa de sua pátria e não por causa de seus próprios méritos. Eu não teria me transformado num homem célebre, se tivesse nascido em Serifo, tampouco tu, se fosses ateniense. Do mesmo modo, àqueles que, não sendo ricos, se lamentam da velhice, poder-se-ia dizer que, se é verdade que um homem bom não pode ser totalmente feliz na velhice, também riqueza alguma poderá proporcionar a paz a um homem mau.

Sócrates — Diz-me, Céfalo, tu obtiveste por herança teus bens ou os conquistaste?

Céfalo — Quanto é que conquistei, Sócrates? Como comerciante, fiquei entre meu avô e meu pai. Meu avô, de quem

possuo o mesmo nome, recebeu por herança uma fortuna quase igual à que tenho agora, e a aumentou. Enquanto meu pai, Lisânias, tomou-a menor do que é hoje. Eu ficarei satisfeito se não a deixar diminuída a estes jovens, e sim um pouco superior. Sócrates — Perguntei-te isto porque pareceu-me que não estimas a riqueza em excesso, ao contrário daqueles que a ad- quirem com o próprio trabalho, os quais a prezam muito mais. Da mesma maneira que os poetas adoram seus versos, e os pais aos filhos, um comerciante preza sua riqueza por ser obra sua, e também por causa de sua utilidade, igualmente a todos os outros homens. Este é o motivo por que é difícil a convivência com eles, pois se interessam apenas pelo dinheiro.

Céfalo — Tens razão.

Sócrates — Diz-me mais uma coisa: qual foi o maior proveito que recebeste pelo fato de possuíres tão grande fortuna? Céfalo — Se eu o dissesse, não conseguiria convencer mui- tas pessoas. Como tu sabes, Sócrates, quando alguém chega à idade em que toma consciência de que logo morrerá, surgem-lhe o temor e a preocupação a respeito de assuntos nos quais antes não pensava. Efetivamente, tudo o que se conta a respeito do Hades, onde serão expiados os atos maus praticados em vida, todas essas fábulas das quais até então ele fazia troça, agora aterrorizam sua alma, por temer que correspondam à verdade. E esse alguém devido à debilidade da velhice, ou porque divisa agora com maior clareza as coisas do além — toma-se repleto de desconfianças e receios, inicia a fazer cálculos e a analisar se cometeu alguma injustiça com alguma pessoa. E aquele que encontrar em sua vida pregressa muitas maldades intimida-se, seja acordando numerosas vezes durante a noite, da mesma forma que as crianças, seja esperando alguma des- graça. Ao contrário, aquele que sabe não

haver cometido injus- tiças sempre alimenta uma doce esperança, benévola ama da velhice, como declara Píndaro. São encantadoras as palavras deste poeta, ó Sócrates, a respeito de quem tiver levado uma existência justa e pura:

a doce esperança que lhe acalenta o coração acompanha-o, qual amada velhice, a esperança que governa, mais que tudo, os espíritos vacilantes dos mortais.

Palavras maravilhosas. Devido a isto, tenho as riquezas em grande apreço, não para todos, mas somente para aqueles homens moderados e cautelosos. Jamais enganar alguém ou mentir, ainda que inadvertidamente, nem ser devedor, quer de sacrifícios aos deuses, quer de dinheiro a uma pessoa, e depois falecer sem nada recear. Para isso, a riqueza é de grande serventia. Existem várias outras vantagens. Porém, mais do que tudo, á Sócrates, é por causa desta finalidade que eu considero a riqueza utilíssima para o homem judicioso.

Sócrates — As tuas são palavras maravilhosas, ó Céfalo. Mas essa virtude de justiça resume-se em proferir a verdade e em restituir o que se tomou de alguém, ou podemos dizer que às vezes é correto e outras vezes incorreto fazer tais coisas? Vê este exemplo: se alguém, em perfeito juízo, entregasse armas a um amigo, e depois, havendo se tomado insano, as exigisse de volta, todos julgariam que o amigo não lhe as deveria restituir, nem mesmo concordariam em dizer toda a verdade a um homem enlouquecido.

Céfalo — Estou de acordo.

Sócrates — Como vês, justiça não significa ser sincero e devolver o que se tomou.

Polemarco — Eu digo que sim, Sócrates, pelo menos se acreditarmos em Simônides.

Céfalo — Deixo-vos com este assunto, visto que preciso ir ternunar o sacrifício.

Polemarco — Quer dizer que eu não sou o teu herdeiro? Céfalo (sorrindo) — Não há dúvida que sim. — E afas- touse para o seu sacrifício.

Sócrates — Explique-nos, já que és o herdeiro da discussão, que foi que disse Simônides de tão correto a respeito da justiça.

Polemarco — Que é justo devolver aquilo que devemos. Julgo ser esta asserção correta.

Sócrates — Evidentemente, é impossível não dar razão a Simônides, homem sábio e divino. Não obstante, tu, Polemarco, deves saber o significado do que ele diz, ao passo que eu o ignoro. Está claro que Simônides não se expressou a respeito do que falávamos, sobre restituir a uma pessoa algo do qual nos foi confiada a guarda, sendo que essa pessoa veio a perder a razão. Contudo, devemos ou não restituir um objeto do qual foi-nos confiada a guarda?

Polemarco — Claro que devemos.

Sócrates — Mas de forma alguma deve ser restituído se quem o reclamar tiver perdido a razão?

Polemarco — Com certeza.

Sócrates — Então, parece-me que Simônides quer dizer outra coisa quando afirma ser justo que restituamos o que devemos.

Polemarco — Certamente que se trata de outra coisa, por Zeus! Na opinião dele, deve-se fazer sempre o bem aos amigos, nunca o mal.

Sócrates — Compreendo. Não é lícito devolver a uma pessoa o ouro do qual ela nos confiou a guarda, se essa devolução lhe for prejudicial, e se os que o restituem forem seus amigos. É isto que quis dizer Simônides?

Polemarco — Exatamente.

Sócrates — E aos inimigos? Devemos restituir algo que por acaso estamos lhes devendo?

Polemarco — Com certeza. Pois, em meu entendimento, o que um inimigo deve a outro é, logicamente, o que lhe convém: o mal.

Sócrates — Logo, Simônides se expressou por enigmas, como usam fazer os poetas, ao declarar o que entendia por justiça. Aparentemente, para ele, é justo restituir a cada um o que lhe convém, considerando isso restituir o que é devido.

Polemarco — Perfeitamente.

Sócrates — Por Zeus! Portanto, se alguém lhe perguntasse: "ó Simônides, a quem e o que dá de devido e conveniente a arte que é denominada medicinal" Em teu entender, que res- posta ele daria?

Polemarco — Evidentemente, que dá remédios, alimentos e bebidas aos doentes.

Sócrates — E a quem dá o que é devido e próprio a arte da culinária?

Polemarco — Temperos aos alimentos.

Sócrates — Certo. Agora, a quem e o que dá a arte que chamamos de justiça?

Polemarco — De acordo com o que afirmamos anteriormente, ela dá benefícios aos amigos e prejuízo aos inimigos. Sócrates — Logo, o que Simônides entende ser justiça é ajudar os amigos e prejudicar os inimigos?

Polemarco — E o que me parece.

Sócrates — E quem tem mais possibilidade de ajudar os amigos que sofrem e prejudicar os inimigos, no que concerne a doença e a saúde?

Polemarco — O médico.

Sócrates — E aos navegantes, relativamente aos perigos numa viagem no mar?

Polemarco — O piloto.

Sócrates — E quanto ao homem justo? Em que circunstância e como ele pode ajudar os amigos e prejudicar os inimigos? Polemarco — Penso que seja na guerra, lutando contra uns e aliando-se aos outros.

Sócrates — Muito bem. Contudo, amigo Polemarco, o médico é inútil para as pessoas sadias.

Polemarco — Concordo.

Sócrates — E o piloto também o é para os que não estão navegando.

Polemarco — Claro.

Sócrates — E o homem justo, seria igualmente inútil para aqueles que não estão guerreando?

Polemarco — Com isto eu não concordo.

Sócrates — Portanto, a justiça é útil também durante a paz?

Polemarco — Sim.

Sócrates — Isto também vale para a agricultura, não é verdade?

Polemarco — E.

Sócrates — Para conseguirmos os produtos da terra?

Polemarco — Sim.

Sócrates — E, logicamente, também a arte do sapateiro?

Polemarco — Também.

Sócrates — Para podermos conseguir sapatos, certo?

Polemarco — Claro que sim.

Sócrates — Então, com qual objetivo de uso ou posse de que objeto a justiça é útil em tempo de paz?

Polemarco — Para os contratos comerciais, Sócrates. Sócrates — Por contratos comerciais queres dizer as associações ou outro tipo de contrato?

Polemarco — As associações.

Sócrates — Sendo assim, quem é mais útil no jogo: o justo ou aquele que sabe jogar bastante bem?

Polemarco — Aquele que joga bem.

Sócrates — E quem é mais útil para assentar tijolos e pedras: o justo ou o pedreiro?

Polemarco — Lógico que o pedreiro.

Sócrates — Então, em qual associação julgas o justo mais útil que o pedreiro e o citarista, da mesma forma que o citarista o é em relação ao justo na arte da música?

Polemarco — Creio que nos assuntos monetários. Sócrates — Exceção feita, talvez, Polemarco, para usar o dinheiro, como, por exemplo, na ocasião de adquirir ou vender um cavalo em sociedade. Nesse caso, seria mais útil um tratador de cavalos, não achas?

Polemarco — Parece-me que sim.

Sócrates — E a respeito de um navio, também é mais útil o construtor ou o piloto, concordas?

Polemarco — Sim.

Sócrates — Sendo assim, em qual circunstância, em que for necessário usar dinheiro ou ouro em sociedade, o homem justo é mais útil que qualquer outro?

Polemarco — Na circunstância de desejarmos fazer um depósito em segurança, Sócrates.

Sócrates — Mas isso significa: quando não utilizamos o dinheiro e preferimos deixá-lo imobilizado. Certo?

Polemarco — Sem dúvida.

Sócrates — Logo, a justiça só é útil quando o dinheiro for inútil?

Polemarco — Creio que sim.

Sócrates — Então, no caso de precisarmos guardar uma podadeira, a justiça é útil tanto do ponto de vista comum como particular; contudo, se precisarmos usá-la, é mais útil a arte de cultivar a vinha?

Polemarco — Parece que sim.

Sócrates — Tu concluis, portanto, que, se quisermos guar- dar um escudo e uma lira, sem usá-los, a justiça é útil; porém, se desejarmos nos servir deles, é mais útil a arte do soldado e do músico.

Polemarco — Necessariamente.

Sócrates — Por conseguinte, a respeito de todas as outras coisas, a justiça é inútil quando nos servimos dela e útil quando não nos servimos?

Polemarco — Penso que sim.

Sócrates — Logo, meu amigo, a justiça é muito pouco im- portante, se ela se aplica somente a coisas inúteis. Mas vamos examinar o seguinte: em um combate ou numa luta qualquer, o homem mais capaz de desferir golpes é também o mais capaz de se defender?

Polemarco — Sem dúvida.

Sócrates — E o mais capaz em preservar-se de uma doença não é também o mais capaz em transmiti-la secretamente?

Polemarco — Creio que sim.

Sócrates — Mas não é bom guarda de um exército aquele que furta aos inimigos os seus segredos e os seus planos?

Polemarco — Não resta dúvida.

Sócrates — Por conseguinte, o hábil guardião de uma coisa é também o hábil ladrão dessa mesma coisa.

Polemarco — Parece que sim.

Sócrates — Logo, se o homem justo é hábil em guardar dinheiro, o será também em furtá-lo.

Polemarco — Teu raciocínio leva a essa conclusão.

Sócrates — Portanto, o justo apresenta-se como uma espécie de ladrão, e penso que tu aprendeste isto com Homero.

De fato, este poeta enaltece o avô materno de Ulisses,

Autólico, dizendo que excedia a todos os homens no furto e no perjúrio. Logo, parece que a justiça, na tua opinião, na de Homero e Simônides, corresponde a uma determinada arte de furtar, po- rém a favor dos amigos e em prejuízo dos inimigos.

Não era isso que tu dizias?

Polemarco — Claro que não! Não sei mais o que eu dizia. No entanto, continuo afirmando que a justiça se resume em ser útil aos amigos e prejudicial aos inimigos.

Sócrates — Mas tu chamas de amigos aqueles que os outros reputam honestos ou aqueles que o são dÉ verdade, apesar de não o parecerem, e da mesma forma os inimigos? Polemarco — É natural apreciarmos os que julgamos ho- nestos e detestar os que consideramos maus.

Sócrates — Mas os homens não podem se enganar, julgando honestas pessoas que não o são e vice-versa?

Polemarco — Sim, podem.

Sócrates — Logo, para os que se enganam, os honestos são inimigos e os desonestos, amigos?

Polemarco — Sem dúvida.

Sócrates — E, apesar disso, reputam justo ser útil aos desonestos e prejudicial aos honestos?

Polemarco — Parece que sim.

Sócrates — Contudo, os honestos e bons são justos e não têm capacidade de cometer injustiças.

Polemarco — Concordo.

Sócrates — Logo, de acordo com o teu raciocínio, é justo prejudicar os que não cometem injustiças.

Polemarco — De forma alguma, Sócrates, pois o teu raciocínio está errado.

Sócrates — Então, é justo prejudicar os maus e ajudar os bons?

Polemarco — Essa condusão é bem melhor que a precedente. Sócrates — Então, para numerosas pessoas, Polemarco, que se enganaram a respeito dos homens, a justiça significará prejudicar os amigos — sendo que possuem amigos maus — e ajudar os inimigos — os quais, em verdade, são bons. E, sendo assim, afirmaremos o contrário do que imputávamos a Simônides.

Polemarco — Sem dúvida, parece que é isso mesmo. Mas façamos uma correção, pois corremos o risco de não havermos feito uma precisa definição de amigo e inimigo.

Sócrates — E de que maneira os definimos, Polemarco? Polemarco — Amigo é aquele que parece honesto.

Sócrates — E de que maneira corrigiremos a definição? Polemarco — Amigo é aquele que parece e realmente é honesto. Aquele que parece honesto, mas não é, apenas aparenta ser amigo, sem sê-lo. A definição é a mesma a respeito do inimigo.

Sócrates — Por conseguinte, de acordo com o teu raciocí- nio, amigo é o indivíduo bom e inimigo, o mau?

Polemarco — Exatamente.

Sócrates — Então, queres que acrescentemos ao que dissemos anteriormente a respeito da justiça que é justo ajudar o amigo e prejudicar o inimigo. Agora, devemos também afirmar que é justo ajudar o amigo bom e prejudicar o inimigo mau? Polemarco — Precisamente. Dessa maneira parece-me bem explicado.

Sócrates — Logo, é peculiar ao justo prejudicar a quem quer que seja?

Polemarco — Não há dúvida de que devemos prejudicar os maus que são nossos inimigos.

Sócrates — E se fazemos mal aos cavalos, eles se tornam melhores ou piores?

Polemarco — Piores.

Sócrates — Relativamente à virtude dos cães ou à dos cavalos?

Polemarco — A dos cavalos.

Sócrates — Então, quanto aos cães a que fizermos mal, eles se tomarão piores em relação à virtude dos cães, e não à dos cavalos?

Polemarco — Exatamente.

Sócrates — E quanto aos homens a quem se faz mal, po- demos também afirmar que se tomam piores conforme a virtude humana?

Polemarco — Isso mesmo.

Sócrates— Mas a justiça não é virtude especificamente humana?

Polemarco — Sim.

Sócrates — Por conseguinte, meu amigo, os homens contra quem se pratica o mal tornam-se obrigatoriamente piores.

Polemarco — Concordo.

Sócrates — Por acaso, é possível a um músico, por intermedio de sua arte, tomar outras pessoas ignorantes em música?

Polemarco — Isso é impossível.

Sócrates — E, por intermédio da arte eqüestre, pode um cavaleiro tomar outras pessoas incapazes de montar?

Polemarco — Também é impossível.

Sócrates — Mas, através da justiça, é possível que um justo tome alguém injusto? Ou, de forma geral, pela virtude, os bons podem transformar os outros em maus?

Polemarco — Não podem.

Sócrates — Realmente, creio que ao calor não é dado esfriar, e sim o contrário.

Polemarco — Justamente.

Sócrates — Nem à aridez é dado umedecer, mas o contrário.

Polemarco — Não há dúvida.

Sócrates — Nem ao homem bom ser mau, mas o contrário.

Polemarco — E o que parece.

Sócrates — Portanto, o homem justo é bom?

Polemarco — Evidentemente.

Sócrates — Então, Polemarco, não é adequado a um homem justo prejudicar seja a um amigo, seja a ninguém, mas é adequado ao seu oposto, o homem injusto.

Polemarco — Estás dizendo a pura verdade, Sócrates. Sócrates — Por conseguinte, se alguém declara que a justiça significa restituir a cada um o que lhe é devido, e se por isso entende que o homem justo deve prejudicar os inimigos e ajudar os amigos, não é sábio quem expõe tais idéias. Pois a verdade é bem outra: que não é lícito fazer o mal a ninguém e em nenhuma ocasião.

Polemarco — Estou de pleno acordo.

Sócrates — Sendo assim, lutaremos juntos, tu e eu, contra quem imputar semelhante princípio a Simônides, a Bias, a Pítaco ou a qualquer outro homem sábio.

Polemarco — Associo-me com prazer à luta.

Sócrates — Sabes a quem atribuo a asserção de que é justo ajudar os amigos e prejudicar os inimigos?

Polemarco — A quem?

Sócrates — A Periandro, a Perdicas, a Xerxes, a Ismênio, de Tebas, ou a qualquer outro homem rico que se considerava assaz poderoso.

Polemarco — Eis uma grandÉ verdade.

Sócrates — Porém, visto que nem a justiça nem o justo nos pareceram significar isso, como poderemos defini-los? Repetidas vezes, enquanto falávamos, Trasímaco procura- ra tomar parte na conversa, mas fora impedido pelos amigos, que queriam ouvir-nos até o fim. Durante a nossa pausa, após minhas últimas palavras, não pôde mais se conter; erguendo-se do chão, como uma fera, lançou-se contra nós, como para nos dilacerar.

Polemarco e eu ficamos apavorados; porém Trasímaco, ele-vando a voz no meio do auditório, gritou: — Que tagarelice é essa, Sócrates, e por que agis como tolos, inclinando-vos alter-

nadamente um diante do outro? Se queres mesmo saber o que é justo, não te limites a indagar e não teimes em refutar aquele que responde, mas, tendo reconhecido que é mais fácil indagar do que responder, responde tu mesmo e diz como defines a justiça. E abstém-te de pretender ensinar o que se deve fazer, o que é o útil, proveitoso, lucrativo ou vantajoso; exprime-te com clareza e precisão, pois eu não admitirei tais banalidades. Ao ouvir tais palavras, fui tomado de assombro e, olhando para ele, sentime dominado pelo medo; creio até que, se não o tivesse olhado antes que ele me olhasse, eu teria ficado mudo) Mas, quando a discussão começou a irritá-lo, olhei-o em pri- meiro lugar, de modo que consegui dizer-lhe, um tanto trémulo: Sócrates — Não fiques zangado, Trasímaco, porque, se eu e este jovem cometemos um erro em nossa análise, sabes que foi involuntariamente. Pois, se estivéssemos à procura de ouro, não nos inclinaríamos um para o outro, prejudicando assim as nossas oportunidades de descoberta; portanto, não penses que, procurando a justiça, coisa mais preciosa que grandes quantidades de ouro, façamos tolamente concessões mútuas, em vez de nos esforçarmos o mais possível por descobri-la. Não penses isso de forma alguma, meu amigo. Mas aeio que a tarefa ultrapassa as nossas forças. Por isso, é muito mais natural para vós, os hábeis, ter compaixão de nós do que testemunhar-nos irritação.

Ao ouvir estas palavras, Trasímaco soltou uma risada sardônica e exclamou: — Ô Hércules! Aqui está a habitual ironia de Sócrates! Eu sabia e disse a estes jovens que não quererias responder, que fingirias ignorância, que farias por não responder às perguntas ,que te fizessem!

Sócrates — Es um homem sutil, Trasímaco. Sabias perfei- tamente que, se perguntasses a alguém quais são os fatores de doze e o prevenisses: "Evita, amigo, de me responderes que doze é o mesmo que duas vezes seis ou tres vezes quatro ou seis vezes dois ou quatro vezes três, porque não admitirei tal lengalenga", sabias perfeitamente, repito, que ninguém poderia responder a uma pergunta formulada dessa maneira. Porém, se ele te dissesse: "Trasímaco, como explicas que eu não res- ponda nada ao que enunciaste antecipadamente? Será que, ho- mem extraordinário, se a verdadeira resposta é uma dessas, não devo dá-la, mas dizer outra coisa diferente da verdade? Ou então como o explicas?", que responderias a isto? Trasímaco — Muito bem! Se uma coisa fosse semelhante à outra!

Sócrates — Nada impede. E, mesmo que não fosse semelhante, mas que assim se afigurasse à pessoa interrogada, achas que ela deixaria de responder o que lhe parecÉ verdadeiro, quer lhe proibíssemos, quer não?

Trasímaco — Tu também irás se comportar dessa maneira?

Darás uma das respostas que eu te proibi?

Sócrates — Não me espantaria se, depois de pensar, tomasse essa resolução.

Trasímaco — Mas veja, se eu provo que existe, a respeito da justiça, uma resposta diferente de todas essas e melhor, a que te condenas?

Sócrates — A que poderá ser, senão ao que convém ao ignorante? Ora, convém-lhe ser instruído por quem sabe; portanto, condeno-me a isso.

Trasímaco — Tu és encantador. Mas, além da pena de aprenderes, também deverás pagar com dinheiro.

Sócrates — Certamente, quando o tiver.

Glauco — Mas nós o temos. Se é uma questão de dinheiro, Trasímaco, fala: todos nós pagaremos por Sócrates.

Trasímaco — Percebo claramente. Para que Sócrates se entregue à sua ocupação habitual, não deve responder. E, quando alguém responde, apodera-se do argumento e refuta-o! Sócrates — Mas como, meu nobre amigo, alguém poderia responder em primeiro lugar, se não sabe e se confessa não saber, e se, além disso, caso tenha uma opinião sobre o assunto, é proibido de dizer o que pensa por uma pessoa de grande autoridade? És tu que deves falar, dado que pretendes saber e ter algo a dizer. Não te esquives, portanto: dá-me o prazer de responder e não uses de parcimônia para instruir Glauco e os outros.

Após eu proferir essas palavras, Glauco e os outros pediram-lhe que não se esquivasse. Percebia-se claramente que Tra- símaco desejava falar para se distinguir, julgando ter uma ex- celente resposta a dar; mas aparentava insistir para que fosse eu a responder. Por fim, cedendo, exclamou:

Trasímaco — E esta a sabedoria de Sócrates: recusar-se a ensinar, ir instruir-se com os outros e não se mostrar reconhecido por isso!

Sóacrates — Tens razão quanto ao fato de que me instruo com os outros, mas estás enganado ao pretender que não lhes pago na mesma moeda. Pois eu pago na medida em que posso. Ora, não posso senão aplaudir, porque não possuo riquezas. Mas a alegria com que o faço, quando julgo que alguém fala

bem, tu a conhecerás logo que me tenhas respondido; porque eu julgo que falarás bem.

Mas, quando a discussão começou a irritá-lo, olhei-o em primeiro lugar, de modo que consegui dizer-lhe, um tanto trémulo: Sócrates — Não fiques zangado, Trasímaco, porque, se eu e este jovem cometemos um erro em nossa análise, sabes que foi involuntariamente. Pois, se estivéssemos à procura de ouro, não nos inclinaríamos um para o outro, prejudicando assim as nossas oportunidades de descoberta; portanto, não penses que, procurando a justiça, coisa mais preciosa que grandes quantidades de ouro, façamos tolamente concessões mútuas, em vez de nos esforçarmos o mais possível por descobri-la. Não penses isso de forma alguma, meu amigo. Mas creio que a tarefa ultrapassa as nossas forças. Por isso, é muito mais natural para vós, os hábeis, ter compaixão de nós do que testemunhar-nos irritação.

Ao ouvir estas palavras, Trasímaco soltou uma risada sardônica e exclamou: — Ó Hércules! Aqui está a habitual ironia de Sócrates! Eu sabia e disse a estes jovens que não quererias responder, que fingirias ignorância, que farias por não responder às perguntas que te fizessem!

Sócrates — Es um homem sutil, Trasímaco. Sabias perfei- tamente que, se perguntasses a alguém quais são os fatores de doze e o prevenisses: "Evita, amigo, de me responderes que doze é o mesmo que duas vezes seis ou três vezes quatro ou seis vezes dois ou quatro vezes três, porque não admitirei tal lengalenga", sabias perfeitamente, repito, que ninguém poderia responder a uma pergunta formulada dessa maneira. Porém, se ele te dissesse: "Trasímaco, como explicas que eu não res- ponda nada ao que enunciaste

antecipadamente? Será que, ho- mem extraordinário, se a verdadeira resposta é uma dessas, não devo dá-Ia, mas dizer outra coisa diferente da verdade?

Ou então como o explicas?', que responderias a isto?

Trasímaco — Muito bem! Se uma coisa fosse semelhante à outra!

Sócrates — Nada impede. E, mesmo que não fosse semelhante, mas que assim se afigurasse à pessoa interrogada, achas que ela deixaria de responder o que lhe parecÉ verdadeiro, quer lhe proibíssemos, quer não?

Trasímaco — Tu também irás se comportar dessa maneira? Darás uma das respostas que eu te proibi?

Sócrates — Não me espantaria se, depois de pensar, tomasse essa resolução.

Trasímaco — Mas veja, se eu provo que existe, a respeito da justiça, uma resposta diferente de todas essas e melhor, a que te condenas?

Sócrates — A que poderá ser, senão ao que convém ao ignorante? Ora, convém-lhe ser instruído por quem sabe; portanto, condenome a isso.

Trasímaco — Tu és encantador. Mas, além da pena de aprenderes, também deverás pagar com dinheiro.

Sócrates — Certamente, quando o tiver.

Glauco — Mas nós o lemos. Se é uma questão de dinheiro, Trasímaco, fala: todos nós pagaremos por Sócrates.

Trasímaco — Percebo claramente. Para que Sócrates se entregue à sua ocupação habitual, não deve responder. E, quando alguém responde, apodera-se do argumento e refuta-o! Sócrates — Mas como, meu nobre amigo, alguém poderia responder em primeiro lugar, se não sabe e se confessa não

saber, e se, além disso, caso tenha uma opinião sobre o assunto, é proibido de dizer o que pensa por uma pessoa de grande autoridade? És tu que deves falar, dado que pretendes saber e ter algo a dizer. Não te esquives, portanto: dá-me o prazer de responder e não uses de parcimônia para instruir Glauco e os outros.

Após eu proferir essas palavras, Glauco e os outros pediram-lhe que não se esquivasse. Percebia-se claramente que Tra- símaco desejava falar para se distinguir, julgando ter uma ex- celente resposta a dar; mas aparentava insistir para que fosse.

eu a responder. Por fim, cedendo, exclamou:

Trasímaco — É esta a sabedoria de Sócrates: recusar-se a ensinar, ir instruir-se com os outros e não se mostrar reconhecido por isso!

Sócrates — Tens razão quanto ao fato de que me instruo com os outros, mas estás enganado ao pretender que não lhes pago na mesma moeda. Pois eu pago na medida em que posso. Ora, não posso senão aplaudir, porque não possuo riquezas. Mas a alegria com que o faço, quando julgo que alguém fala bem, tu a conhecerás logo que me tenhas respondido; porque eu julgo que falarás bem.

Trasímaco — Ouve, então. Eu digo que a justiça é simplesmente o interesse do mais forte. Então, que esperas para me aplaudir? Vais-te recusar!

Sócrates — Em primeiro lugar, deixa que eu compreenda o que dizes, porque ainda não entendi. Pretendes que justiça é o interesse do mais forte. Mas como entendes isso, Trasímaco? Com efeito, não pode ser da seguinte maneira: "Se Polidamas' é mais forte do que nós e a carne de boi é melhor para conservar

suas forças, não dizes que, também para nós, mais fracos do que ele, esse alimento é vantajoso e ao mesmo tempo, justo?"

Trasímaco — Es um cínico, Sócrates. Tomas as minhas palavras por onde podes atacá-las melhor!

Sócrates — De forma alguma, nobre homem. Mas exprime-te mais claramente.

Trasímaco — De acordo! Tu sabes que, entre as cidades, umas são tirânicas, outras democráticas, outras aristocráticas.

Sócrates — Logicamente que sei.

Trasíxnaco — Portanto, o setor mais forte, em cada cidade, é o governo?

Sócrates — Sim.

Trasfmaco — E cada governo faz as leis para seu próprio proveito: a democracia, leis democráticas; a tirania, leis tirânicas, e as outras a mesma coisa; estabelecidas estas leis, declaram justo, para os governados, o seu próprio interesse, e castigam quem o transgride como violador da lei, culpando-o de injustiça. Aqui tens, homem excelente, o que afirmo: em todas as cidades o justo é a mesma coisa, isto é, o que é vantajoso para o governo constituído; ora, este é o mais forte, de onde se segue, para um homem de bom raciocínio, que em todos os lugares o justo é a mesma coisa: o interesse do mais forte.

Sócrates — Agora compreendo o que dizes. Procurarei estudá-lo. Portanto, também tu, Trasímaco, respondeste que aquilo que é vantajoso é justo, depois de me teres proibido de dar essa resposta, acrescentando, contudo: o interesse "do mais forte".

Trasímaco — Uma pequena adição, talvez?

Sócrates — Ainda não é evidente que seja grande; mas é evidente que é necessário examinar se falas verdade. Reconheço que o justo é algo vantajoso; mas tu acrescentas à definição que é o interesse do mais forte; por mim, ignoro-o: preciso analisálo.

Trasímaco — Analisa-o.

Sócrates — Assim farei. Agora, diz-me: não julgas ser justo obedecer aos governantes?

Trasímaco — Julgo.

Sócrates — Mas os governantes são sempre infalíveis ou passíveis de se enganarem?

Trasímaco — E evidente que são passíveis de se enganarem. Sócrates — Logo, qúando elaboram leis, fazem-nas boas e más?

Trasímaco — É assim que eu penso.

Sócrates — As boas leis são aquelas que instituem o que lhes é vantajoso e as más o que lhes é desvantajoso?

Trasímaco — Sim.

Sócrates — Mas o que eles instituíram deve ser obedecido pelos governados; é nisto que consiste a justiça?

Trasímaco — Com certeza.

Sócrates — Logo, na tua opinião, não apenas é justo fazer o que é vantajoso para o mais forte, mas também o contrário, o que é desvantajoso.

Trasímaco — Que estás dizendo?!

Sócrates — O que tu mesmo dizes, penso; mas examinemos melhor. Não concordamos que, às vezes, os governantes se enganam quanto ao que é o melhor, impondo determinadas leis aos governados? E que, por outro lado, é justo que os gover- nados

obedeçam ao que lhes ordenam os governantes? Não concordamos?

Trasímaco — Sim.

Sócrates — Então, acreditas também justo fazer o que é desvantajoso para os governantes e para os mais fortes, quando os governantes, inadvertidamente, dão ordens que lhes são pre- judiciais, porquanto tu afirmas ser justo que os governados fa- çam o que ordenam os governantes. Portanto, sábio amigo Tra- símaco, não decorre necessariamente que é justo fazer o contrário daquilo que dizes? Com efeito, ordenase ao mais fraco que faça o que é prejudicial ao mais forte.

Polemarco — Por Zeus, Sócrates, isso é claríssimo!

Clitofonte — Se ao menos testemunhasses por ele...

Polemarco — E quem necessita de testemunho? Trasí- maco reconhece que às vezes os governantes fazem leis que lhes são prejudiciais e que é justo que os governados obede- çam a tais leis.

Clitofonte — Com efeito, Polemarco, Trasímaco afirmou ser justo que sejam obedecidas as ordens dadas pelos governantes. Polemarco — De fato, Clitofonte, Polemarco considerou justo o que é vantajoso para o mais forte. Ao enunciar estes dois princípios, reconheceu também que, às vezes, os mais fortes dão aos mais fracos e aos governados ordens que são prejudiciais a eles mesmos. Destas declarações decorre que a justiça é tanto a vantagem como a desvantagem do mais forte.

Clitofonte — Mas ele definiu como vantagem do mais fone o que o mais forte crê ser vantajoso para ele; é isso que o mais fraco tem de fazer e foi isso que Trasímaco considerou justo.

Polemarco — Ele não se expressou desse modo!

Sócrates — Isso não importa, Polemarco. Porém, se agora Trasímaco se expressa assim, admitamos que é assim que o entende. Diz-me, Trasímaco: entendes por justiça o que parece vantajoso para o mais forte, quer isso lhe seja vantajoso, quer não? Podemos dizer que te expressas assim?

Trasíinaco — De forma alguma. Acreditas que julgo aquele que se engana o mais forte, no momento em que se engana? Sócrates — Assim acreditava quando tu reconheceste que os governantes não são infalíveis, mas que podem enganar-se.

Trasímaco — Es um difamador, Sócrates, quando discutes. Por acaso consideras médico aquele que se engana em relação aos doentes, no mesmo instante e enquanto se engana? Ou calculador aquele que comete um erro de cálculo, no preciso momento em que comete o erro? Não. E um modo de falar, acredito, quando dizemos: o médico se enganou, o calculador e o escriba se enganaram. Mas julgo que nenhum deles, na medida em que é o que o denominamos, jamais se engana; de modo que, para falar com precisão, visto que queres ser preciso, nenhum artesão se engana. Aquele que se engana o faz quando a ciência o abandona, no instante em que não é mais artesão; assim, ar-tesão, sábio ou governante, ninguém se engana no exercido das suas funções, apesar de todos dizerem que o médico se enganou, que o governante se enganou. Portanto, admito que te tenha respondido há pouco neste sentido; mas, para me expressar de forma mais exata, o governante, enquanto governante, não se engana, não comete um erro ao fazer passar por lei o seu maior interesse, que deve ser realizado pelo governado. Deste modo, como no mído, afirmo que a justiça consiste em fazer o que e vantajoso para o mais forte.

Sócrates — Que seja, Trasímaco. Pareço-te um difamador?

Trasímaco — Exataménte.

Sócrates — Achas que te inquiri como fiz, com premeditação, para te prejudicar na discussão?

Trasímaco — Com toda a certeza. Mas não terás êxito, porque não poderás esconder-se para me prejudicar, nem me dominares pela violência na disputa.

Sócrates — Eu nem sequer o tentarei, homem bem-aventurado! Porém, para que isso não aconteça, define claramente se entendes no sentido vulgar ou no sentido exato, de que acabas de falar, os termos governante, mais forte, para vantagem de quem será justo que o mais fraco trabalhe.

Trasímaco — Entendo o governante no sentido exato da palavra. Para isso, tenta prejudicar-me ou caluniar-me, se puderes. Mas não és capaz!

Sócrates — Crês que sou louco a ponto de tentar tosquiar um leão ou caluniar Trasímaco?

Trasímaco — A verdade é que tentaste, embora inutilmente! Sócrates — Chega com este palavreado! Mas diz-me: o médico, no sentido exato do termo, de que falavas ainda há pouco, tem por objetivo ganhar dinheiro ou tratar os doentes?

Mas fala-me do verdadeiro médico.

Trasímaco — Tem por objetivo tratar os doentes. Sâcrates — E o piloto? O verdadeiro piloto é chefe dos marinheiros ou marinheiro?

Trasímaco — Chefe dos marinheiros.

Sócrates — Não penso que se deva ter em conta o fato de navegar para que o denominemos marinheiro; de fato, não é por navegar que o denominamos piloto, mas devido à sua arte e ao comando que exerce sobre os marinheiros.

Trasímaco — Concordo.

Sócrates — Portanto, para o doente e o marinheiro, existe alguma vantagem?

Trasímaco — Sem dúvida.

Sócrates — E a arte não objetiva procurar e proporcionar a cada um o que é vantajoso para ele?

Trasímaco — Sim.

Sócrates — Mas, para cada arte, existe outra vantagem além de ser tão perfeita quanto possível?

Trasímaco — Qual é o sentido da tua pergunta?

Sócrates — Este. Se me perguntasses se é suficiente ao corpo ser corpo ou se tem necessidade de outra coisa, respon- derte-ia: Certamente que tem necessidade de outra coisa. Para isso é que a arte médica foi inventada: porque o corpo é defeituoso e não lhe é suficiente ser o que é. Por isso, para lhe proporcionar vantagens, a arte organizou-se'. Parece-te que tenho ou não razão?

Trasímaco — Tens razão.

Sócrates — Mas então a medicina é defeituosa? Geralmen- te, uma arte exige certa virtude — como os olhos a visão ou as orelhas a audição, pelo fato de que estes órgãos necessitam de uma arte que examine e lhes proporcione a vantagem de ver e ouvir? E nessa mesma arte existe algum defeito? Cada arte exige outra arte que examine o que lhe é vantajoso, e esta, por sua vez, outra semelhante, e assim até ao infinito? Ou exa- mma ela própria o que lhe é vantajoso? Ou não precisa nem dela própria nem de outra para remediar a sua imperfeição? Pois nenhuma arte apresenta defeito ou imperfeição e não deve procurar outra vantagem exceto a do indivíduo a que se aplica: ela própria, quando verdadeira, está isenta de mal e é pura enquanto se mantiver rigorosa e

totalmente de acordo com a sua natureza. Analisa, tomando as palavras no sentido exato de que falavas. E assim ou não?

Trasímaco — Parece-me que sim.

Sócrates — Portanto, a medicina não objetiva a sua própria vantagem, mas a do corpo.

Trasímaco — Certamente.

Sócrates — Nem a arte eqüestre a sua própria vantagem, mas a dos cavalos; nem, em geral, qualquer arte tem por objeto a sua própria vantagem — pois não necessita de nada —, mas a do indivíduo a que se aplica.

Trasímaco — E assim que me parece.

Sócrates — Mas, Trasímaco, as artes governam e dominam o objeto sobre o qual se exercem.

Ele concordou comigo neste ponto, embora a muito custo. Sócrates — Portanto, nenhuma ciência procura nem pres- creve a vantagem do mais forte, mas a do mais fraco, que lhe é sujeito.

Também concordou comigo neste ponto, mas só depois de ter procurado uma contestação; quando cedeu, eu lhe disse:

Sócrates — Portanto, o médico, na medida em que é mé- dico, não objetiva nem prescreve a sua própria vantagem, mas a do doente? Com efeito, reconhecemos que o médico, no sentido exato da palavra, governa o corpo e não é homem de negócios.

Não reconhecemos?

Ele concordou.

Sócrates — E que o piloto, no sentido exato da palavra, lidera os marinheiros, mas não é marinheiro?

Trasímaco — Foi assim que o reconhecemos. Sócrates — Conseqüentemente, um tal piloto, um tal governante, não objetivará e não prescreverá a sua própria vantagem, mas sim a do marinheiro, do indivíduo que ele governa. Ele concordou com grande dificuldade.

Sócrates — Sendo assim, Trasímaco, nenhum governante, seja qual for a natureza da sua autoridade, na medida em que é governante, não objetiva e não ordena a sua própria vantagem, mas a do indivíduo que governa e para quem exerce a sua arte; é com vista ao que é vantajoso e conveniente para esse indivíduo que diz tudo o que diz e faz tudo o que faz.

Estávamos neste ponto da discussão e era claro para todos que a definição da justiça tinha sido virada do avesso, quando Trasímaco, em lugar de responder, gritou:

— Tu tens ama, Sócrates?

Sócrates — O quê? Não seria mais apropriado responderes do que me fazeres tal pergunta?

Trasímaco — E que ela não te deixa babar e não te assoa

o nariz quando necessário, visto que não aprendeste a diferenciar os carneiros do pastor.

Sócrates — Por que dizes isso?

Trasímaco — Porque crês que os pastores e os vaqueiros objetivam o bem dos seus carneiros e dos seus bois e os engordam e tratam tendo em vista outra coisa para além do bem dos seus patrões e deles mesmos. E, da mesma maneira, acreditas que os governantes das cidades, os que são realmente governantes, olham para os seus súditos como se olha para carneiros e que objetivam, dia e noite, tirar deles um lucro pessoal. Foste tão longe no conhecimento do justo e da justiça, do injusto e da injustiça, que ignoras que a justiça é, na realidade, um bem alheio, o interesse do mais forte e daquele que governa e a desvantagem daquele que obedece e serve; que a injustiça é o

oposto e comanda os simples de espírito e os justos; que os indivíduos trabalham para o interesse do mais forte e fazem a sua felicidade servindo-o, mas de nenhuma maneira a deles mesmos. Aqui tens, ó muito simples Sócrates, como é necessário encarar o caso: o homem justo é em todos os lugares inferior ao injusto. Em primeiro lugar, no comércio, quando se associam um ao outro, nunca descobrirás, ao dissolver-se a sociedade, que o justo ganhou, mas que perdeu; em seguida, nos negócios públicos, quando é preciso pagar contribuições, o justo paga mais do que os seus iguais, o injusto menos; quando, ao con-trário, trata-se de receber, um não recebe nada, o outro muito. E, quando um e outro ocupam algum cargo, acontece que o justo, mesmo que não haja outro prejuízo, deixa, por negligência, que os seus negócios domésticos periclitem e não tira da função pública nenhum proveito, por causa da sua justiça. Além disso, incorre no ódio dos parentes e conhecidos, ao recusar servi-los em detrimento da justiça; quanto ao injusto, é exatamente o contrário. Pois entendo como tal aquele de quem falava há pou- co, o que é capaz de se sobrepor aos outros; examina-o bem, se quiseres saber até que ponto, no particular, a injustiça é mais vantajosa do que a justiça. Mas irás compreendê-lo mais facil- mente se fores até a injustiça mais perfeita, a que leva ao ápice da felicidade o homem que a comete e ao ápice da infelicidade os que a sofrem e não querem cometê-la. Esta injustiça é a tirania que, por fraude ou violência, se apodera do bem alheio: sagrado, profano, particular, público, e não por partes, mas na totalidade. Para cada um destes delitos, o homem que se deixa apanhar é punido e coberto das piores ignomínias — com efeito, essas pessoas que agem por partes são consideradas sacrílegas, tra- ficantes de escravos,

arrombadores de moradias, espoliadores, ladrões, conforme a injustiça cometida. Mas quando um homem, além da fortuna dos cidadãos, se apodera das suas pessoas e os escraviza, em vez de receber esses nomes ignominiosos, e considerado feliz e afortunado, não apenas pelos cidadãos, mas também por todos aqueles que sabem que ele cometeu a injustiça em toda a sua extensão; com efeito, não receiam cometer a in- justiça os que a reprovai»: receiam ser vítimas dela. Por isso, Sócrates, a injustiça levada a um alto grau é mais forte, mais livre, mais digna de um senhor do que a justiça e, como eu dizia a princípio, a justiça significa o interesse do mais forte e a injustiça é em si mesma vantagem e lucro.i

Depois de falar dessa maneira, Trasímaco pretendia retirar-se, após ter, como um banhista, inundado os nossos ouvidos com o seu impetuoso e abundante discurso. Mas os assistentes não o deixaram partir e forçaram-no a permanecer para justificar as suas palavras. Eu próprio insisti com ele, dizendolhe: — Õ divino Trasímaco, depois de nos teres feito um tal discurso, pensas em ir embora, antes de demonstrares suficien- temente ou ensinares se isso é assim ou diferente? Crês que é tarefa fácil definir a regra de vida que cada um de nós deve seguir para viver da maneira mais proveitosa?

Trasímaco — Por acaso eu penso que é de outra maneira? Sócrates — E o que parece. Ou então não te preocupas conosco e não te importa que levemos uma vida pior ou melhor, na ignorância do que tu pretendes saber. Mas, meu caro, dá-te ao incômodo de nos instruir também: não farás um mau investimento se nos fizeres teus devedores, numerosos como somos. Com efeito, se queres saber o que penso, não estou convencido e não creio que a injustiça seja mais vantajosa do que a justiça,

mesmo quando há a liberdade de praticá-la e não se é impedido de fazer o que se quer. Mesmo que um homem, meu caro, seja injusto e tenha o poder de praticar a injustiça por fraude ou à

[1 Todo esse discurso de Trasíxnaco é uma paródia da linguagem dos solistas.]

força: nem por isso estou convencido de que tire daí mais proveito que da justiça. Talvez este seja também o sentimento de outros entre nós, e não somente o meu; convence-nos, portanto, homem divino, de maneira satisfatória, de que fazemos mal em preferir a justiça à injustiça.

Trasímaco — E como eu haveria de te convencer, se não o consegui com o que já disse? Que mais posso fazer? Será necessário que enfie os meus argumentos na tua cabeça? Sócrates — Por Zeus, basta! Em primeiro lugar, mantém-te nas posições assumidas, ou, se as mudares, terás de fazê-lo com clareza e não nos enganes. Vês agora, Trasímaco — para voltar ao que dissemos —, que, depois de teres apresentado a definição do verdadeiro médico, não achaste que devias revelar rigoro- samente a do verdadeiro pastor. Pensas que, como pastor, ele engorda os seus carneiros não objetivando seu maior bem, mas, como um glutão que pretende dar um festim, objetivando a boa carne ou, como um comerciante, objetivando a venda, e não como um pastor. Mas a arte do pastor objetiva unicamente o maior bem do indivíduo a que se aplica — já que ele próprio está suficientemente provido das qualidades que asseguram a sua excelência, enquanto se mantém de acordo com a sua na- tureza de arte pastoril. Pelo mesmo motivo, eu supunha há pouco que éramos obrigados a reconhecer que todo

governo, enquanto governo, objetiva unicamente o maior bem dos indi- víduos que governa e dos quais é responsável, quer se trate da população de uma cidade, quer de um particular. Mas tu crês que os governantes das cidades, os que governam realmente, o fazem com prazer?

Trasímaco — Se creio? Por Zeus, tenho certeza!

Sócrates — Mas como, Trasímaco! Não notaste que ninguém concorda em exercer os outros cargos por eles mesmos, que, ao contrário, se exige uma retribuição, porque não é ao próprio que o seu exercício aproveita, mas aos governados? E responde a isto: não se diz sempre que uma arte se dife- rencia de outra por ter um poder diferente? E, homem bem- aventurado, não responde contra a tua opinião, para que pos- samos avançar!

Trasímaco — Mas é nisso que ela se diferencia.

Sócrates — E cada um de nós não procura conseguir um certo benefício particular e não comum a todos, como a medicina a saúde, a pilotagem a segurança na navegação e assim por diante?

Trasímaco — Sem dúvida.

Sócrates — E a arte do mercenário, o salário, dado que reside aí o seu próprio poder? Confundes a medicina com a pilotagem? Ou, para definir as palavras com rigor, como propuseste, se alguém recupera a saúde governando um navio, porque é vantajoso para ele navegar, denominarás por isso medicina a sua arte?

Trasímaco — Claro que nao.

Sócrates — Mas como! Denominarás medicina a arte do mercenário porque o médico, ao curar, ganha salário?

Trasímaco — Não.

Sócrates — Não afirmamos que cada arte objetiva um beneficio particular?

Trasímaco — Afirmamos.

Sócrates — Portanto, se todos os artesãos se beneficiam em comum de um certo lucro, é evidente que acrescentam à sua arte um elemento comum de que auferem lucro?

Trasímaco — E o que parece.

Sócrates — E nós declaramos que os artesãos ganham salário porque adicionam à sua arte a do mercenário.

Reconheceu-o a custo.

Sócrates — Portanto, não é da arte que exerce que cada um retira esse proveito que consiste em receber um salário; mas, examinando com rigor, a medicina cria a saúde e a arte do mercenário proporciona o salário, a arquitetura edifica a moradia e a arte do mercenário, que a acompanha, proporciona o salário, e assim todas as outras artes: cada um trabalha na obra que lhe é própria e aproveita ao indivíduo a que se aplica. Porém, se não recebesse salário, tiraria o artesão proveito da sua arte?

Trasímaco — Acredito que não.

Sócrates — E sua arte deixa de ser útil quando ele trabalha gratuitamente?

Trasímaco — A meu ver, não.

Sócrates — Então, Trasímaco, é evidente que nenhuma arte e nenhum comando provê ao seu próprio benefício, mas, como dizíamos há instantes, assegura e objetiva o do governado, ob- jetivando o interesse do mais fraco, e não o do mais forte. Eis por que, meu caro Trasímaco, que eu dizia há pouco que nin- guém concorda de bom grado em governar e curar os males dos outros, mas exige salário, porque aquele que quer exercer

convenientemente a sua arte não faz e não objetiva, na medida em que objetiva segundo essa arte, senão o bem do governado; por estas razões, é necessário pagar um salário aos que concordam em governar, seja em dinheiro, honra ou castigo, se porventura se recusarem.

Glauco — Que queres dizer com isso, Sócrates? Eu conheço os dois outros tipos de salários, mas ignoro o que entendes por castigo dado na forma de salário.

Sócrates — Então não conheces o salário dos melhores, aquilo pelo qual os mais virtuosos governam, quando se resignam a fazê-lo. Não sabes que o amor à honra e ao dinheiro é considerado coisa vergonhosa e, efetivamente, o é?

Glauco — Sei.

Sócrates — Devido a isso, os homens de bem não querem governar nem pelas riquezas nem pela honra; porque não querem ser considerados mercenários, exigindo abertamente o salário correspondente à sua função, nem ladrões, tirando dessa função lucros secretos; também não trabalham pela honra, porque não são ambiciosos. Portanto, é preciso que haja obrigação e castigo para que aceitem governar — é por isso que tomar o poder de livre vontade, sem que a necessidade a isso obrigue, pode ser considerado vergonha — e o maior castigo consiste em ser governado por alguém ainda pior do que nós, quando não queremos ser nós a governar; é com este receio que me parecem agir, quando governàm, as pessoas honradas, e então assumem o poder não como um bem a ser usufruído, mas como uma tarefa necessária, que não podem confiar a outras melhores que elas nem a iguais. Se surgisse uma cidade de homens bons, é provável que nela se lutasse para fugir do poder, como agora

se luta para obtê-lo, e tornar-se-ia evidente que, na verdade, o governante autêntico não deve visar ao seu próprio interesse, mas ao do governado; de modo que todo homem sensato preferiria ser obrigado por outro do que preocupar-se em obrigar outros. Portanto, de forma alguma concordo com Trasímaco, quando afirma que a justiça Significa o interesse do mais forte. Mas voltaremos a este ponto mais tarde; dou uma importância muito maior ao que diz agora Trasímaco: que a vida do homem injusto é superior à do justo. Que partido tomas, Glauco? Qual destas asserções te parece mais verdadeira? Glauco — A vida do homem justo parece-me mais proveitosa. Sócrates — Ouviste a relação que Trasímaco fez dos bens ligados à vida do injusto?

Glauco — Ouvi, mas não me convenci.

Sócrates — Queres então que o convençamos, se conseguirmos encontrar o meio, de que ele não está na verdade?

Glauco — Como não haveria de querer?

Sócrates — Se, juntando as nossas forças contra ele e opondo argumento a argumento, relacionarmos os bens que a justiça proporciona, se, por seu turno, ele replicar, e nós também, será preciso contar e avaliar as vantagens citadas por uma e outra parte em cada argumento e iremos precisar de juizes para decidir; se, ao contrário, como há pouco, debatermos a questão até conseguirmos um mútuo acordo, nós seremos conjuntamente juizes e advogados.

Glauco — É verdade.

Sócrates — Qual destes dois métodos preferes?

Glauco — O segundo.

Sócrates — Então, Trasímaco, voltemos ao começo e responde-me. Acreditas que a injustiça total é mais proveitosa do que a justiça total?

Trasímaco — Com certeza, e já expliquei por que razões.

Sócrates — Muito bem, mas da maneira que entendes essas duas coisas, denominas uma virtude e a outra, vício?

Trasímaco — Sem dúvida.

Sócrates — E é a justiça que denominas virtude e a irtjustiça, vício?

Trasímaco — E o que dou a entender, encantadora criatura, quando digo que a injustiça é proveitosa e a justiça não o é?

Sócrates — Como é, então?

Trasímaco — O contrário.

Sócrates — A justiça é um vício?

Trasímaco — Não, mas uma nobre simplicidade de caráter.

Sócrates — Então a injustiça é perversidade de caráter? Trasímaco — Não, é prudência.

Sócrates — Será, Trasímaco, que os injustos te parecem sábios e bons?

Trasímaco — Sim, aqueles que são capazes de cometer a injustiça com perfeição e de submeter cidades e povos. Pensas, talvez, que me refiro aos gatunos? Sem dúvida, tais práticas são rendosas, enquanto não são descobertas; mas não merecem menção ao lado das que acabo de indicar.

Sócrates — Percebo perfeitamente o teu raciocínio, mas o que me surpreende é que classifiques a injustiça com a virtude e a sabedoria, e a justiça com os seus opostos.

Trasímaco — Mas é exatamente assim que as classifico. Sócrates — Isto é grave, camarada, e não é fácil saber o que se pode dizer. Se, com efeito, admitisses que a injustiça é proveitosa, admitindo ao mesmo tempo, como alguns outros, que é vício e coisa vergonhosa, poderíamos responder-te invocando as noções correntes sobre o assunto; mas, evidentemente, tu dirias que ela é bela e forte e conceder-lheias todos os atri- butos que nós concedemos à justiça, visto que ousaste compa- rá-la com a virtude e a sabedoria.

Trasímaco — Adivinhas muito bem.

Sócrates — Contudo, não devo recusar-me a continuar com este exame enquanto puder acreditar que falas seriamente. E que me parece, realmente, Trasímaco, que não é caçoada da tua parte e que estás exprimindo a tua verdadeira opinião. Trasímaco — Que importância tem que seja ou não a minha opinião? Limita-te a refutar-me.

Sócrates — De fato, não tem importância. Mas responde a mais isto: parece-te que homem justo procura prevalecer de algum modo sobre outro o homem justo?

Trasímaco — Jamais, pois não seria educado e simples como é.

Sócrates — Nem mesmo numa ação justa?

Trasímaco — Nem assim.

Sócrates — Mas ele pretenderia prevalecer sobre o homem injusto e pensaria ou não fazê-lo justamente?

Trasímaco — Pensaria e o pretenderia, mas não poderia.

Sócrates — Não foi isso que perguntei: quero saber se o justo não teria nem a pretensão nem o desejo de prevalecer sobre o justo, mas apenas sobre o injusto.

Trasímaco — Assim é.

Sócrates — E o injusto pretenderia prevalecer sobre o justo e sobre a ação justa?

Trasímaco — Como não, se ele pretende prevalecer sobre todos?

Sócrates — Então, prevalecerá sobre o homem injusto e sobre a ação injusta e se empenhará em prevalecer sobre todos? Trasímaco — Isso mesmo.

Sócrates — Resumindo: o justo não prevalece sobre o seu semelhante, mas sobre o seu contrário; o injusto prevalece sobre o seu semelhante e o seu contrário.

Trasímaco — Excelentemente expresso.

Sócrates — Porém, o injusto é sábio e bom, ao passo que o justo não é nem uma coisa nem outra?

Trasímaco — Excelente, também.

Sócrates — Como consequência, o injusto asaeneiha-se ao sábio e ao bom, e o justo não se lhes assemelha?

Trasímaco — Como poderia ser diferente? Sendo o que é, ele se assemelha aos seus semelhantes e o outro não se lhes assemelha.

Sócrates — Muito bem. Portanto, cada um é tal como aqueles a que se assemelha?

Trasímaco — Quem pode duvidar?

Sócrates — Que seja, Trasímaco. Agora, não afirmas que um homem é músico e que outro não o é?

Trasímaco — Afirmo.

Sócrates — Qual dos dois é conhecedor e qual não é? Trasímaco — Certamente, o músico é conhecedor e o outro não é.

Sócrates — E um não é bom nas coisas de que é conhecedor e o outro não o é?

Trasímaco — Certamente.

Sócrates — Mas a respeito da medicina não é assim?

Trasímaco — E assim.

Sócrates — Agora, crês, excelente homem, que um músico que afim a sua lira, esticando ou soltando as cordas, pretende prevalecer sobre um músico ou ter vantagem sobre ele?

Trasímaco — Não, não creio.

Sócrates — Mas quererá prevalecer sobre um homem ignorante em música?

Trasímaco — Sim, com certeza.

Sócrates — E o médico? Ao prescrever alimento e bebida, quererá prevalecer sobre um médico ou sobre a prática médica?

Trasímaco — Certamente que não.

Sócrates — E sobre um homem que ignora a medicina?

Trasímaco — Sim.

Sócrates — Mas percebes, a respeito da ciência e da ignorância em geral, se um conhecedor qualquer parece querer prevalecer, com atos ou com palavras, sobre outro conhecedor e não agir como o seu semelhante no mesmo caso.

Trasímaco — Talvez seja necessário que seja assim. Sócrates — Mas, da mesma forma, não quererá o ignorante prevalecer sobre o conhecedor e o ignorante?

Trasímaco — Talvez.

Sócrates — Ora, o conhecedor é sábio?

Trasímaco — E.

Sócrates — E o sábio é bom?

Trasímaco — E.

Sócrates — Portanto, o homem sábio e bom não quererá prevalecer sobre o seu semelhante, mas sobre aquele que não se assemelha a ele, sobre o seu oposto.

Trasímaco — Aparentemente.

Sócrates — Ao passo que o homem mau e ignorante quererá prevalecer sobre o seu semelhante e o seu oposto.

Trasímaco — Pode ser.

Sócrates — Mas, Trasímaco, o nosso homem injusto não prevalece sobre o seu oposto e o seu semelhante? Não o disseste?

Trasímaco — Disse.

Sócrates — E não é verdade que o justo não prevalecerá sobre o seu semelhante, mas sim sobre o seu oposto?

Trasímaco — É verdade.

Sócrates — Então, o justo assemelha-se ao homem sábio e bom e o injusto, ao homem mau e ignorante.

Trasímaco — Pode ser.

Sócrates — Mas nós havíamos afirmado que cada um deles é igual àquele a que se assemelha.

Trasímaco — De fato, afirmamos.

Sócrates — Logo, o justo é bom e sábio e o injusto, ignorante e mau.

Trasímaco concordou com tudo isto, não tão facilmente como o meu relato, mas contra sua vontade e a muito custo. Suava abundantemente, tanto mais que fazia muito calor — e foi então que, pela primeira vez, vi Trasímaco enrubescer! E quando concordamos que a justiça é virtude e sabedoria e a injustiça vício e ignorância, prossegui:

Sócrates — Consideremos isto definido. Mas afirmamos que a injustiça tem também a força. Não te lembras, Trasímaco? Trasímaco — LembrQ-me, mas não me agrada o que acabas de afirmar e sei como refutar. Contudo, se eu usar da palavra, com certeza dirás que estou fazendo um discurso. Por isso, dei- xa-me falar à vontade ou, se queres interrogar-me, interroga-me; e eu, como se faz com as velhas que contam histórias, dir-te-ei "seja!" e

te aprovarei ou desaprovarei com a cabeça. Sócrates — Mas, pelo menos, nao respondas contra a tua opinião.

Trasímaco — Farei como quiseres, já que não me deixas falar. Que mais queres?

Sócrates — Nada, por Zeus! Faz como preferires; vou interrogar-te.

Trasímaco — Interroga.

Sócrates — Far-te-ei a mesma pergunta que há pouco, para podermos continuar a discussão: o que é a justiça em compa- ração com a injustiça? Com efeito, foi dito que a injustiça é mais poderosa do que a justiça; mas agora, se a justiça é sabe- doria e virtude, conclui-se facilmente, penso eu, que ela é mais poderosa do que a injustiça, visto que a injustiça é ignorância. Já ninguém pode ignorá-lo. No entanto, não é de uma maneira tão simples, Trasímaco, que pretendo abordar o assunto, mas do ponto de vista seguinte: existe cidade injusta que tente su- jeitar ou tenha sujeitado outras cidades, mantendo um grande número delas em escravidão?

Trasímaco — Com certeza. E é assim que procederá a meffior cidade, a mais perfeitamente injusta.

Sócrates — Eu sei que era esta a tua tese. Mas a tal propósito considero o seguinte ponto: uma cidade que se torna senhora de outra cidade poderá fazê-lo sem intermédio da justiça ou será obrigada a recorrer a ela?

Trasímaco — Se, como dizias há pouco, a justiça for sabedoria, recorrerá a ela; mas, se for como eu dizia, utilizará a injustiça.

Sócrates — Estou feliz, Traslmaco, por não aprovares ou desaprovares com um gesto de cabeça e responderes tão bem.

Trasímaco — Faço-o para te agradar.

Sócrates — Muito amável da tua parte. Mas, por favor, responde ainda a isto: achas que uma cidade, um exército, um bando de salteadores ou de ladrões, ou qualquer outra associação que persegue em comum um objetivo injusto, poderia levar a cabo qualquer empresa se os seus membros violassem entre si as normas da justiça?

Traslmaco — Certamente que não.

Sócrates — E se observassem as normas? Não seria melhor? Trasfmaco — Com certeza.

Sócrates — Portanto, Trasímaco, a injustiça faz nascer entre os homens dissensões, ódios e brigas, enquanto a justiça alimenta a concórdia e a amizade. Concordas?

Trasímaco — Assim seja! Não quero entrar em discussão contigo.

Sócrates — Estás se portando muito bem, excelente homem. Mas responde a esta pergunta: se é próprio da injustiça provocar o ódio em todo lugar onde acontece, aparecendo em homens livres ou escravos, não fará que eles se odeiem, briguem entre si e sejam impotentes para empreender seja o que for em comum?

Trasfmaco — Sem dúvida.

Sócrates — E se a injustiça surgir em dois homens? Não ficarão divididos, cheios de rancor, inimigos um do outro e dos justos?

Ficarão.

E se, maravilhoso amigo, a injustiça surgir em um único homem, ela perderá o seu poder ou o manterá intato? Trasímaco — Penso que o manterá intato!

Sócrates — Portanto, não parece possuir o poder, seja qual for o lugar em que ela surja, cidade, tribo, exército ou sociedade, de tornar primeiramente cada um deles incapaz de agir de acordo consigo próprio, devido às dissensões e contendas que causa, e, em seguida, de torná-lo inimigo de si mesmo, do seu oposto e do justo?

Trasímaco — Sem dúvida.

Sócrates — E creio que, num único homem, a injustiça produzirá os mesmos efeitos que está na sua natureza produzir; em primeiro lugar, tomará esse homem incapaz de agir, provocando nele a rebeldia e a discórdia; em seguida, irá transformá-lo em inimigo de si mesmo e dos justos. Não é?

Trasímaco — E.

Sócrates — Mas, meu amigo, os deuses não são justos?

Trasímaco — Que seja!

Sócrates — Portanto, também entre os deuses, o injusto será inimigo, e o justo amigo.

Trasímaco — Regozija-te sem receio com os teus argumento: não te contradirei, para não provocar o ressentimento da assembléia.

Sócrates — Então, continuemos! Alimenta-me com o resto do festim, continuando a responder. Acabamos de concluir que os homens justos são mais sábios, melhores e mais poderosos do que os homens injustos, e que estes são incapazes de agir harmonicamente — e, quando dizemos que às vezes levaram a

bom termo um assunto em comum, não é, de maneira nenhuma, a verdade, porque uns e outros não seriam poupados se tivessem sido totalmente injustos; por isso, é evidente que existia neles uma certa justiça que os impediu de se prejudicarem mutuamente, na época em que causavam dano às suas vítimas, e que lhes permitiu realizar o que realizaram; lançando-se em seus injustos empreendimentos, só em parte estavam perverti- dos pela injustiça, visto que os inteiramente maus e os total- mente injustos são também inteiramente incapazes de fazer seja o que for. Eis como eu o compreendo, e não como tu supunhas no início. Agora, precisamos analisar se a vida do justo é melhor e mais feliz do que a do injusto: questão que tínhamos adiado para análise posterior. Ora, parece-me que isso é evidente, conforme aquilo que dissemos. No entanto, devemos analisar melhor o problema, pois não se trata de uma discussão a respeito de uma fflvialidade, mas sobre o modo como temos de regular a nossa vida.

Trasímaco — Então, analisa.

Sócrates — Assim farei. Diz-me: parece-te que o cavalo tem uma função?

Trasímaco — Sim, me parece.

Sócrates — Dirias, então, que é função do cavalo, ou de qualquer outra criatura, apenas o que pode ser feito por ele ou o que se faz melhor com ele?

Trasímaco — Não compreendo.

Sócrates — Explico-me melhor: tu podes enxergar sem ser com os olhos?

Trasímaco — Certamente que não.

Sócrates — E podes ouvir sem ser com os ouvidos?

De forma alguma.

Portanto, podemos afirmar que são essas as funções desses órgãos.

Trasímaco — Sem dúvida.

Sócrates — Mas não podes podar uma videira com uma faca, um trinchete e muitos outros instrumentos?

Trasímaco — E por que não?

Sócrates — Mas com nenhum outro, creio eu, tão bem quanto com um podão, que existe para isso.

Trasímaco — Concordo.

Sócrates — Portanto, não afirmaremos que é essa a sua função?

Trasímaco — Por certo que afirmaremos.

Sócrates — Julgo que agora compreendes melhor o que eu dizia há pouco, quando te perguntava se a função de uma coisa não é o que ela pode fazer ou o que ela faz melhor do que as outras.

Trasímaco — Compreendo e creio que é realmente essa a função de cada coisa.

Sócrates — Ótimo. Mas bâo existe também uma virtude em cada coisa a que é atribuida uma função? Voltemos aos exemplos anteriores: os olhos possuem uma função?

Trasímaco — Possuem.

Sócrates — Então, possuem também uma virtude?

Trasímaco — Sim, possuem uma virtude.

Sócrates — Muito bem! As orelhas, dissemos nós, possuem uma função?

Trasímaco — Sim.

\_

Sócrates — E, por conseguinte, também uma virtude?

Trasimaco Também uma virtude.

Mas não acontece o mesmo com todas as coisas?

Trasímaco — Acontece.

Sócrates — Pois bem! Poderiam os olhos desempenhar bem a sua função se não possuíssem a virtude que lhes é própria ou se, em lugar dessa virtude, possuissem o vício contrário?

Trasímaco — Como poderiam? Queres, por acaso, dizer a cegueira, em vez da vista?

Sócrates — Qual é a sua virtude, pouco importa; ainda não to perguntei, mas apenas se cada coisa desempenha bem a sua função por virtude própria e mal pelo vício contrário.

Trasímaco — É como dizes.

Sócrates — Posto isto, os ouvidos, sendo privados da sua virtude própria, desempenharão mal a sua função?

Trasímaco — Sem dúvida.

Sócrates — Este princípio pode ser aplicado a todas as outras coisas?

Trasímaco — Julgo que sim.

Sócrates — Então, analisa agora isto: a alma não possui uma função que nada, a não ser ela, poderia desempenhar, como vigiar, comandar, deliberar e o resto? Podemos atribuir estas funções a outra coisa que não à alma e não temos o direito de dizer que elas lhe são peculiares?

Trasímaco — Não podemos atribuí-las a nenhuma outra coisa. Sócrates — E a vida? Não afirmaremos que é uma função da alma? Trasímaco — Com certeza.

Sócrates — Portanto, afirmaremos que a alma também possui a sua virtude própria?

Afirmaremos

Então, Trasímaco, a alma executará bem essas fimções se for privada da sua virtude própria? Ou será impossível?

Trasímaco — Será impossível.

Sócrates — Em decorrência disso, é obrigatório que uma alma má comande e vigie mal e que uma alma boa faça bem tudo isso.

Trasímaco — É obrigatório.

Sócrates — Ora, não concluímos que a justiça é uma virtude e a injustiça, um vício da alma?

Trasimaco — Concluímos.

Sócrates — Por consegumte, a alma justa e o homem justo viverão bem e o injusto, mal?

Trasímaco — Assim parece, de acordo com o teu raciocínio. Sócrates — Então, aquele que vive bem é feliz e afortunado e o que vive mal, o contrário.

Trasímaco — Não há dúvida.

Sócrates — Portanto, o justo é feliz e o injusto, infeliz.

Trasímaco — Que seja!

Sócrates — E não é vantajoso ser infeliz, mas ser feliz.

Trasímaco — Sem dúvida.

Sócrates — Por conseguinte, divino Trasímaco, jamais a injustiça é mais vantajosa do que a justiça.

Trasímaco — Que seja esse, Sócrates, o teu festim das festas de Béndis!

Sócrates — Tive-o graças a ti, Traslmaco, visto que recuperaste a calma e deixaste de ser rude comigo. No entanto, não me regalei o suficiente: por culpa minha, e não tua. Parece-me que fiz como os glutões, que se lançam avidamente sobre o prato que lhes entregam, antes de terem apreciado suficientemente o anterior; da mesma forma, antes de termos encontrado o que procurávamos inicialmente, a natureza da justiça, lancei- me numa discussão para analisar se ela é vício e ignorância ou sabedoria e virtude; tendo surgido em seguida outra hipótese, a de saber que a mjustiça é mais vantajosa do que a justiça, não pude evitar de ir de uma para outra, de modo que o re- sultado da nossa conversa é que não sei nada; porquanto, não sabendo o que é a justiça, ainda menos saberei se é virtude ou não e se aquele que a possui é feliz ou infeliz.